



# PROTEGER

# A NOSSA EDUCAÇÃO

Tornar as escolas próximas de localidades em conflito mais seguras para as meninas



“

*Quando chegamos ao acampamento, os meus amigos e eu estávamos muito felizes de podermos ir para a escola todos os dias. Mas começamos a ter medo porque algumas pessoas armadas costumavam atacar a nossa escola e levar algumas raparigas embora. Agora não frequentamos regularmente na escola.*

**SARATA, 14 ANOS, MIGRANTE INTERNA EM BURKINA FASO<sup>1</sup>**

”

## MENSAJES CLAVE (CUADRO DE TEXTO)

- Em situações de conflito em todo o mundo, os ataques às escolas e o uso militar de escolas estão prejudicando profundamente o direito das crianças à uma educação. As crianças vêm frequentemente negadas o seu direito à educação durante vários anos e vivem com traumas ao longo da vida. Gerações de jovens sofrem as consequências negativas do abandono escolar.
- Entre 2015 e 2019, 22.000 estudantes, professores e o sector educativo foram deliberadamente visados e prejudicados. Em 21 países, meninas e mulheres foram diretamente atingidas em ataques devido ao seu seu gênero.<sup>2</sup> A educação das meninas pode ser um alvo específico, assim meninas e mulheres são desproporcionalmente afetadas pela violência sexual dentro e em torno das escolas.
- Para as adolescentes em particular, os impactos dos ataques ao sector educativo podem ser devastadores e agravar as barreiras que elas já enfrentam no acesso à educação. Os ataques muitas vezes exacerbam a discriminação de gênero pré-existentes e práticas nefastas como o casamento infantil e a gravidez precoce têm consequências para toda a vida. As raparigas que vivem em contextos de conflito e crise têm quase 90% mais probabilidades de abandonar o ensino secundário do que as suas congêneres de países não afetados por conflitos.<sup>3</sup>
- Todos os governos devem integrar, implementar e apoiar a Declaração de Escolas Seguras, e alocar recursos adequados para manter as escolas seguras. Plan International apela para que as necessidades e experiências particulares das meninas e mulheres sejam claramente reconhecidas e consideradas aquando do desenvolvimento de medidas para prevenir e responder aos ataques ao sector educativo.
- A Comunidade Internacional, incluindo o Conselho de Segurança da ONU, e os Governos devem exigir e responsabilizar todos aqueles que: visam e atacam escolas, matam e mutilam estudantes e professores, e raptam raparigas, assegurando que todas as partes em conflito cumprem as suas obrigações ao abrigo do direito internacional.

1 Citação da Plan International. 2020. *Adolescent Girls in Crisis: Voices from the Sahel*

2 GCPEA. 2020. *Educação Sob Ataque 2020*

3 UNESCO. 2015. *Ajuda humanitária para a educação: porque é importante e porque é necessário mais*



## INTRODUÇÃO

O direito à educação não deve ser interrompido durante conflitos armados e crises.<sup>4</sup> A educação pode proporcionar proteção física e emocional, que é vital como um salva-vidas<sup>5</sup>, e oferece às crianças estabilidade e esperança para o futuro, durante períodos de convulsões.

No entanto, para muitas crianças e jovens que crescem em países que enfrentam conflitos e insegurança, a educação é muitas vezes um dos primeiros direitos humanos impactados. Suas escolas podem ser danificadas, destruídas ou ocupadas por forças militares e grupos armados; estudantes e seus professores podem ser atacados ou sequestrados e crianças em idade escolar recrutadas por grupos armados. Quando a educação é atacada e as escolas deixam de ser lugares seguros, muitas vezes são negadas às crianças o direito à educação durante vários anos, vivendo estas crianças com traumas para toda a vida. Gerações de jovens abandonam a escolarização e são então deixadas para trás.

Enquanto os efeitos dos ataques ao sector escolar são sentidos por todos os estudantes e professores, em muitos contextos as experiências de meninas e mulheres são distintas - os tipos de abusos cometidos contra elas são muitas vezes diferentes, e as consequências a longo prazo dos ataques são

muitas vezes diferentes daqueles enfrentados por rapazes e homens. Para as meninas adolescentes em particular, os impactos a longo prazo dos ataques podem ser particularmente devastadores. As raparigas que vivem em contextos de conflito e crise têm quase 90% mais probabilidades de sair do ensino secundário, do que as suas congêneres em países não afetados por conflitos.<sup>6</sup>

A **Declaração Escolas Seguras (DES)** é um compromisso político intergovernamental dos Estados para melhor proteger as escolas e universidades, seus alunos e funcionários, durante o conflito armado. Embora um número crescente de Estados tenha já endossado a DES, é preciso fazer mais. É fundamental que todos os governos aprovelem e implementem plenamente a DES e atribuam recursos adequados para manter as escolas seguras. **Plan International pede que seja dada particular atenção às experiências das meninas e mulheres afetadas por ataques ao sector educativo e que a implementação da Declaração Escolas Seguras seja sensível às questões de género.**

4 A educação, incluindo as escolas, é protegida pelo Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos e a Agenda 2030 aplicam-se a todos em todos os contextos.

5 [Central Emergency Response Fund Lifesaving Criteria](#)

6 UNESCO. 2015. [Ajuda humanitária para a educação: porque é importante e porque é necessário mais](#)

# ATAQUES AO SECTOR EDUCATIVO: O ATUAL QUADRO GLOBAL

Entre 2015 e 2019, a Global Coalition to Protect Education from Attack (GCPEA) documentou mais de 11.000 ataques ao sector educativo ou ao uso militar de instituições educacionais em todo o mundo, e 22.000 estudantes, professores e pessoal da educação deliberadamente visados e prejudicados.<sup>7</sup>

Em algumas regiões, a COVID-19, e as medidas para limitar a propagação do vírus

estão exacerbando ainda mais a violência e a insegurança. Na região central do Sahel na África Ocidental (Mali, Burkina Faso e Níger), um forte aumento dos ataques dos Grupos Armados Não Estatais foi registado, uma vez que os atuais encerramentos de escolas e a insegurança relacionada com a COVID-19 foram explorados, nas palavras do Secretário-Geral da ONU, como “uma janela de oportunidade para atacar”.<sup>8</sup>

## ATINGIR MENINAS E MULHERES

Entre 2015 e 2019, meninas e mulheres foram diretamente alvo de ataques por causa do seu género em 21 países.<sup>9</sup> Em alguns contextos, grupos armados ameaçam professores, estudantes e famílias contra a educação de meninas, num esforço para suprimir a educação das meninas.<sup>10</sup> Em países como a Nigéria, o Paquistão e o Afeganistão, as escolas de meninas foram diretamente atacadas, em parte devido à oposição ideológica ou religiosa à educação de meninas.<sup>11</sup>

Os ataques a meninas e mulheres assumem frequentemente a forma de violência sexual. Atores armados cometem violência sexual dentro e fora da escola, e em alguns contextos têm como alvo para raptos as meninas e professoras. O recrutamento ou rapto de alunas e professoras pode ser usado para “recompensar” combatentes, por exemplo, fornecendo-lhes “esposas”, ou para desempenhar outros papéis no apoio em operações militares.<sup>12</sup> Provas recentes de Plan International e da UNICEF lançam uma nova luz sobre as experiências e necessidades frequentemente ignoradas das raparigas raptadas por forças armadas e grupos armados, demonstrando que, ao contrário dos estereótipos, as suas experiências são abrangentes e podem também incluir papéis como combatentes ativos.<sup>13</sup>

Estes ataques de género têm impactos devastadores na saúde física e mental e no bem-estar das meninas, afetando a sua capacidade de prosseguir com a sua educação e podendo também impedir a sua capacidade de seguir em frente com as suas vidas.<sup>14</sup> A violência contra meninas raptadas também pode ter impactos entre gerações, por exemplo: entre Janeiro e Agosto de 2020, o Sub Cluster da VBG no Mali reportou a existência de quase 100 crianças nascidas em consequência de violação sexual.<sup>15</sup>

As meninas que sofreram violência sexual, ou que retornam às suas comunidades após escapar da captura, com os filhos resultantes da violação, muitas vezes enfrentam estigma e exclusão, inclusive por parte de seus pares. Essas meninas e seus filhos estão entre os mais vulneráveis, muitas vezes acabando como famílias chefiadas por mulheres solteiras, sem meios de subsistência viáveis e incapazes ou sem vontade de ter acesso aos serviços de violência de género (VBG), de saúde sexual reprodutiva e direitos conexos (SDSR).

7 GCPEA. 2020. [Educação Sob Ataque 2020](#).

8 [COVID-19 ameaçando a paz e a segurança global, chefe da ONU adverte](#) | UN News

9 GCPEA. 2020. [Educação Sob Ataque 2020](#).

10 ibid

11 GCPEA 2019, ‘É muito doloroso falar sobre isso’: Impactos dos ataques à educação sobre mulheres e meninas’

12 ibid

13 Plan International and UNICEF. 2020. [Girls Associated With Armed Forces and Armed Groups: lessons learnt and good practices on prevention of recruitment and use, release and reintegration](#).

14 Plan International and UNICEF. 2020. [Girls Associated With Armed Forces and Armed Groups: lessons learnt and good practices on prevention of recruitment and use, release and reintegration](#).

15 ‘É muito doloroso falar sobre isso’: Impactos dos ataques à educação sobre mulheres e meninas’.

GBV Information Management System - Formulário de dados secundários dos actores da GBV no Mali

# IMPACTOS MAIS AMPLOS QUE OS ATAQUES EM FUNÇÃO DO GÉNERO



Mesmo quando as raparigas não são diretamente visadas devido ao seu género e idade, os ataques podem servir para agravar as barreiras que já enfrentam no acesso à educação e podem piorar a discriminação de género e as práticas nefastas pré-existentes. As raparigas que enfrentam vulnerabilidades cruzadas baseadas em características sociais como a deficiência ou o estatuto de migrante ou refugiado enfrentam frequentemente desafios adicionais.

Meninas entrevistadas pelo GCPEA na Nigéria relataram que foram forçadas a suspender seus estudos depois que a escola foi atacada, ou que abandonaram definitivamente a escola por causa dos ataques.<sup>16</sup> Aos receios das famílias e das próprias meninas de voltar à escola, se junta as outras barreiras que vêm aumentar as diferenças de gênero na escolaridade. As raparigas do Sahel Central disseram-nos que o fardo das tarefas domésticas, os custos associados à escola, as preocupações com a segurança no caminho para a escola, o casamento infantil e a gravidez precoce e indesejada, são realidades que afetam o seu acesso à educação e a sua capacidade em permanecer na escola. O resultado destas barreiras é que as raparigas têm assim menos probabilidades que os rapazes de transitarem para a escola secundária e de prosseguirem com os seus estudos. Antes da pandemia da COVID-19, previa-se que em 2030 apenas 1 em cada 3 meninas nos países afetados pela crise terá concluído o ensino secundário. A<sup>17</sup> COVID-19 reduziu ainda mais as oportunidades

das meninas prosseguirem com os seus estudos, estimando-se que cerca de 10 milhões de raparigas provavelmente abandonarão permanentemente a escola devido à pandemia.<sup>18</sup>

**Quando as meninas abandonam a escola, mesmo que por curtos períodos, o risco de casamento infantil aumenta.**<sup>19</sup> Ataques em escolas, encerramentos e insegurança combinam-se com outros fatores de casamento infantil em cenários de conflito e crise, como resultado, os dez países com as taxas mais elevadas de casamento infantil são considerados frágeis ou extremamente frágeis.<sup>20</sup> Os impactos da COVID-19 estão a exacerbar ainda mais os riscos de casamento para as meninas; a UNICEF avisou que podem ocorrer mais dez milhões de casamentos infantis antes do final da década como resultado da pandemia.<sup>21</sup>

“

*Se houver dinheiro, promovemos a sua educação, mas se não houver nenhum, vai se casar depois da escola secundária*

**LÍDER COMUNITÁRIO, KALERI, NIGÉRIA<sup>22</sup>**

”

O casamento infantil, precoce e forçado (CIPF) é, por sua vez, um poderoso impulsionador da gravidez em adolescentes e da mortalidade materna. As meninas são frequentemente isoladas socialmente e sofrem pressão para provar sua fertilidade logo após o casamento. Muitas raparigas casadas não têm acesso à contraceção e têm pouco poder na relação, e como resultado têm filhos antes dos seus corpos imaturos estarem prontos, arriscando-se a graves problemas de saúde e mesmo à morte.

16 GCPEA 2018. *Eu nunca voltarei à escola*: O Impacto dos Ataques na Educação para Mulheres e Meninas Nigerianas

17 Plan International UK. 2019. *Omitidas e deixadas para trás*: a educação secundária das adolescentes em crise

18 Fundo Malala (2020). *Educação de Meninas e COVID 19*

19 GCPEA 2019, 'É muito doloroso falar sobre isso': Impactos dos ataques à educação sobre mulheres e meninas'

20 Meninas, não noivas. 2020. *Casamento de crianças em cenários humanitários*

21 UNICEF. 2021. <https://www.unicef.org/press-releases/10-million-additional-girls-risk-child-marriage-due-covid-19>

22 Citação da Plan International. 2020. *Adolescent Girls in Crisis: Voices from the Lake Chad Basin*

O CIPF também prejudica o cumprimento de uma série de outros direitos humanos, incluindo o direito das meninas à educação. Numa avaliação das necessidades de Plan International no Nordeste da Nigéria, os inquiridos em 60% dos locais inquiridos relataram que as jovens casadas não podem participar em quaisquer atividades fora de casa, incluindo a continuação da sua educação, sem a aprovação dos seus maridos.<sup>23</sup> Normas que impedem as jovens grávidas e as mães adolescentes de frequentar a escola, ou que não facilitam o seu regresso ao sector educativo, agravando ainda mais a sua situação.<sup>24</sup> As raparigas adolescentes declaram que o casamento forçado e precoce é uma ameaça ao seu bem-estar atual e às suas perspetivas futuras. Elas sentem-se assustadas e ansiosas com o casamento.<sup>25</sup>



*A maioria de nós [costumava] terminar a escola. Agora enfrentamos sérios desafios para ir à escola por causa da guerra. A maioria das meninas agora desiste por causa da gravidez indesejada, pobreza dos pais, insegurança devido aos abusos sexuais e surtos de ataques de grupos armados.*

**ADOLESCENTE NO NOROESTE – SUDOESTE DOS CAMARÕES<sup>26</sup>**



As preocupações com a segurança a caminho das escolas, e em contextos comunitários, também significam que **as meninas e as jovens enfrentam**



**maiores constrangimentos nos seus papéis sociais e na sua mobilidade.**

Uma pesquisa de Plan International descobriu que, nas regiões que incluem a região do Lago Chade e do Sahel Central, as famílias estão a colocar restrições mais apertadas às meninas, enquanto as próprias relatam mudanças no seu comportamento e limitam os seus movimentos em espaços públicos em resposta ao assédio e abuso.<sup>27</sup> Essas restrições restringem a capacidade das meninas em terem acesso aos serviços essenciais, mas também minam os seus direitos humanos mais básicos, incluindo o seu direito à educação.

Abandonar a escola **prejudica** gravemente **as perspetivas futuras de emprego e de independência económica das raparigas e das jovens.** Para as sociedades afetadas por conflitos, são gerações de jovens mulheres e homens a quem é negado o direito à educação, ficando mal equipados para tirar partido das oportunidades, promover a paz e a segurança e desafiar a desigualdade e a discriminação de género.

No entanto, mesmo em meio a esses desafios e apesar de seu medo, as meninas enfatizam repetidamente seu desejo e determinação de continuar sua educação, juntamente com seu

23 Plan International. 2017. *Avaliação das Necessidades dos Estados de Borno e Adamawa*

24 Human Rights Watch. 2018. *Não deixar nenhuma menina para trás na África: discriminação na educação contra meninas grávidas e mães adolescentes*

25 Plan International, 2018, *Adolescent Girls in Crisis: Vozes da Bacia do Lago Chade*

26 Citação da Plan International. 2021. *Ouçã-nos: Adolescent Girls in North West-South West Cameroon on Conflict e COVID-19*

27 Plan International, 2018, *Adolescent Girls in Crisis: Vozes da Bacia do Lago Chade*

## A DECLARAÇÃO DE ESCOLAS SEGURAS

A [Declaração Escolas Seguras](#) (DES) é um compromisso político intergovernamental dos Estados para melhor proteger as escolas e universidades, seus alunos e funcionários, durante o conflito armado. Desde a sua aprovação em 2015, a Declaração de Escolas Seguras foi endossada por [111 Estados](#).<sup>29</sup> Embora esta seja a maioria dos Estados membros da ONU, é preciso ir mais longe – e vemos todos os Estados endossar a DES.

Embora a aprovação da Declaração da Escola Segura seja um primeiro passo importante, é fundamental que seja implementada na íntegra ao nível nacional e local, e que as medidas definidas para manter as escolas seguras sejam dotadas de recursos adequados. Os governos que subscreveram à Declaração comprometem-se: a reforçar a monitoria e a comunicação de ataques ao sector educativo; a investigar alegadas violações do direito internacional relacionadas com a educação e em prestar assistência às vítimas; a apoiar a educação sensível ao conflito e a continuação de uma educação durante o conflito armado. Os Estados endossantes concordam em utilizar as [Diretrizes para a Proteção de Escolas e Universidades contra o Uso Militar durante Conflitos Armados](#), uma ferramenta prática não vinculativa para dissuadir o uso militar de escolas e universidades.

Tem havido progressos significativos na implementação dos compromissos da DES entre muitos países que os subscreveram.<sup>30</sup> Em vários

dos países onde Plan International trabalha para apoiar a implementação da DES, principalmente na África Ocidental e Central, foram estabelecidos Comitês de Escolas Seguras, Grupos de Trabalho ou Equipas de Trabalho a nível nacional e regional. Estes grupos, que envolvem membros tanto do governo como da sociedade civil, desempenham um papel estratégico na advocacia, formação e implementação nas comunidades afetadas. Este é um modelo eficaz para levar adiante a implementação da DES, envolvendo as diferentes partes interessadas. No Mali, por exemplo, o comité da DES foi fundamental no lançamento de um processo para desenvolver um projeto de lei para proteger as escolas e universidades, enquanto nos Camarões, o grupo de trabalho da DES desenvolveu um roteiro para a implementação da DES no país.

Contudo, até à data, não tem sido dada atenção suficiente às considerações de género nos esforços para implementar a DES. Dado o impacto particular dos ataques à educação em meninas e mulheres, é fundamental que a implementação da DES a nível nacional e local aplique uma abordagem que responda às questões de género. Isto inclui um foco específico na compreensão e abordagem das experiências e necessidades de meninas e mulheres que estão em risco ou que sofreram ataques; assegurar que meninas e mulheres sejam capazes de participar no planeamento e implementação da DES, e em desenvolver esforços direcionados para prevenir e responder à violência sexual.

28 Plan International. 2021. [Ouça-nos: Adolescent Girls in North West-South West Cameroon on Conflict e COVID-19](#)

29 [Estados que aprovaram a Declaração de Escolas Seguras - regjeringen.no](#)

30 [SSD Fact Sheet October 2019 \(protectingeducation.org\)](#)

# TRABALHO DE PLAN INTERNATIONAL PARA APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DA DES NA ÁFRICA OCIDENTAL E CENTRAL

A resposta de Plan International à educação nos países afetados pela crise está centrada no apoio às crianças e jovens em idade escolar afetados pela crise, em particular raparigas, para aceder e completar educação formal, não formal e informal inclusiva, segura, equitativa e de qualidade. Plan International adota uma abordagem de gênero que considera as necessidades específicas de meninas e meninos, abordando as barreiras à educação nos grupos vulneráveis, em particular para meninas e crianças com deficiência. Conseguimos isto através da implementação de medidas e ações que promovem e apoiam ambientes de aprendizagem seguros, protetores e não violentos.

Desde 2016, o Plan International tem apoiado a promoção da Declaração de Escolas Seguras em toda a África Ocidental e Central.<sup>31</sup> Com o apoio generalizado dos países da região nos últimos cinco anos, o nosso foco mudou para o apoio à implementação das diretrizes da DES a nível nacional.<sup>32</sup> No âmbito do nosso projecto regional, apoiado pelo Governo Norueguês. A Plan International está apoiando a implementação e o fortalecimento dos Grupos de Trabalho da Declaração de Escolas Seguras e sua colaboração com os Clusters de Educação.

Estamos defendendo a expansão dos Grupos de Trabalho de DES, para incluir organizações de mulheres e crianças/jovens “guarda-chuva”. Isto é importante para assegurar que as vozes e aspirações das mulheres, crianças e jovens são ouvidas na advocacia e que elas sejam capazes de contribuir para a procura de soluções locais para o problema do encerramento das escolas, para o reforço dos mecanismos locais de construção da coesão social e para o desenvolvimento de planos de proteção escolar. Reconhecemos a importância das forças militares em compreenderem os compromissos da DES, encorajando a participação

de comandantes militares de alto nível nos Treinamentos Online da DES.

A nível regional e global, facilitamos parcerias entre o Grupo de Trabalho de Educação Regional em Emergências e os Grupos de Trabalho da Declaração de Escolas Seguras, por um lado, e com a [Global Coalition to Protect Education from Attack](#) (GCPEA), por outro lado. Além de ser membro do comitê diretor do GCPEA, a Plan International é membro da Coalizão de [Vigilância sobre Crianças e Conflitos Armados](#) (CAAC) e conduz ações de advocacy junto do Conselho de Segurança das Nações Unidas e de outros importantes Estados membros da ONU e partes interessadas em problemáticas causadas por ataques ao sector educativo, uma grave violação dos direitos das crianças em conflitos. A nível da UA, a Plan International é membro do grupo diretor da CAAC e tem apoiado os esforços continentais de defesa de ambientes escolares seguros em países onde as crianças têm sido apanhadas em situações de conflito.

Na África Ocidental e Central, a Plan International está a trabalhar como parte da Aliança das Forças Conjuntas,<sup>33</sup> em parceria com a UNICEF, numa campanha conjunta de advocacia digital dirigida aos governos das regiões do Sahel e do Lago Chade. A campanha apela à implementação efetiva e ao acompanhamento do progresso das diretrizes da Declaração da Escola Segura, entre outras ações, para assegurar a proteção das crianças e dos professores no seu caminho, de e para a escola, e enquanto eles lá permanecem.

31 Países abrangidos: Burkina Faso, Mali, Níger, Nigéria, Camarões, CAR, Guiné, Senegal

32 Dois dos países abrangidos por este projeto ainda não aprovaram a DES, nomeadamente a Guiné e o Senegal. Nós continuamos a defender o endosso do DES nesses países; drtyjop<sup>o</sup>tresawdd

33 Juntar-se às Forças é uma **aliança das seis maiores organizações internacionais de direitos da criança**. Os seus membros são: ChildFund Alliance, Plan International, Save the Children International, SOS-Children's Villages International, Terre des Hommes International Federation e World Vision International.



# PLAN INTERNATIONAL ESTÁ A PEDIR :

- A todos os governos para **endossarem, implementarem e apoiarem** a Declaração de Escolas Seguras, inclusive alocando recursos adequados para a sua implementação. As necessidades particulares de meninas e mulheres devem ser explicitamente reconhecidas e consideradas ao desenvolver-se medidas para prevenir e responder aos ataques ao sector educativo;
- Às partes em conflito armado para **cessarem imediatamente os ataques ilegais às escolas, universidades** e ao longo das rotas para a escola. Assim como à cessação de abusos específicos contra estudantes, professores e outro pessoal educativo do sexo feminino;
- Às partes em conflito armado para **acabarem imediatamente com todo o recrutamento e uso de crianças, incluindo meninas** por qualquer razão e tomarem todas as medidas necessárias para **prevenir a violência sexual e de gênero (VBG) por combatentes**, incluindo a suspensão de todos os casamentos forçados e infantis, assim como a responsabilização dos combatentes, de acordo com as normas internacionais;
- Às forças armadas e grupos armados para **deixarem de utilizar escolas e universidades para fins militares** e incorporarem as *Diretrizes para a Proteção de Escolas e Universidades contra o Uso Militar durante Conflitos Armados* na doutrina militar, nas estruturas operacionais, nos códigos de conduta e no treinamento. Isto inclui o treinamento das forças nacionais de defesa e segurança sobre a proibição da violência sexual.
- Aos governos para **investigarem sistematicamente os ataques ao sector educativo e responsabilizarem judicialmente os perpetradores**, de acordo com a legislação nacional e internacional aplicável. Inclusive investigar e processar alegados perpetradores de violência sexual cometida contra estudantes e professores no contexto de tais ataques;
- Aos Governos, com o apoio de atores internacionais, para **fortalecerem o monitoramento e a denúncia de ataques ao sector educativo e relacionados à** segurança escolar, incluindo incidentes de violência sexual e ameaças específicas a estudantes e professores do sexo feminino. Os dados devem ser desagregados por tipo de ataque ao sector educativo, sexo, idade, localização, pessoa ou grupo responsável, número de dias em que a instituição esteve fechada e tipo de instituição escola (só de meninas, só de meninos, mista) afetada. Os dados recolhidos devem ser analisados e utilizados de forma a melhorar os esforços de prevenção e resposta aos ataques ao sector educativo;
- Aos Governos para garantirem e manterem o **acesso a uma educação segura e de qualidade durante os conflitos armados**. Isto inclui trabalhar com as comunidades escolares e todas as outras partes interessadas relevantes para desenvolverem estratégias para reduzir o risco de ataques e planos abrangentes de segurança e proteção em caso de ataques. Devem ser empregadas abordagens participativas e sensíveis ao gênero que incorporem os contributos das raparigas em toda a sua diversidade, no mapeamento, planeamento e criação de sistemas de alerta precoce;
- O desenvolvimento **de intervenções de reintegração direcionadas** para meninas e mulheres que tenham sofrido violência sexual, raptos ou recrutamento e utilização por forças armadas e grupos armados, bem como para os seus filhos nascidos de violação em tempo de guerra. Isto requer estratégias abrangentes, de duração adequada e apoiadas por financiamento suficiente, que incluam medidas para aumentar a disponibilidade e o acesso a serviços para o tratamento físico e psicológico proveniente da violência sexual;
- Um investimento consequente e garantias que permitam que **programas** contextuais e reativos **de ensino alternativo e à distância** sejam disponibilizados a todos os estudantes fora da escola, devido aos conflitos armados, incluindo refugiados e crianças deslocados internos. Baseando-se em exemplos de boas práticas durante a pandemia da COVID-19, com soluções de baixa tecnologia, como o uso de rádio, TV e SMS, que deverão continuar após a pandemia. As escolas ocupadas por forças armadas e grupos armados durante a pandemia devem ser desocupadas e reparadas, e as avaliações de risco devem ser conduzidas antes do regresso dos alunos a estas escolas para garantir a sua segurança.
- Aos governos, com o apoio de atores internacionais, para **prestarem assistência não discriminatória a todos os sobreviventes de ataques ao sector educativo**, independentemente do gênero, etnia, origem socioeconómica ou outros atributos, tendo em conta as suas necessidades e experiências distintas, baseadas no gênero e potenciais vulnerabilidades, tais como a deficiência e o deslocamento forçado. Incluindo-se aqui a prestação de assistência médica, psicossocial e o apoio à expansão do alcance especializado para as sobreviventes femininas de ataques ao sector educativo;

## **Sobre Plan International**

Nós nos esforçamos para promover os direitos das crianças e a igualdade para as meninas em todo o mundo. Nós reconhecemos o poder e o potencial de cada criança. Mas isso muitas vezes é suprimido pela pobreza, violência, exclusão e discriminação. E são as meninas as mais afetadas.

Como uma organização independente de desenvolvimento e humanitária, trabalhamos ao lado das crianças, jovens, nossos apoiadores e parceiros para combater as causas do desafios enfrentados por meninas e todas as crianças vulneráveis. Apoiamos os direitos da criança desde o nascimento até atingirem a idade adulta, permitindo que as crianças se preparem e possam responder às crises e adversidade. Impulsionamos mudanças na prática e na política a nível local, nacional e global usando nosso alcance, experiência e conhecimento. Por mais de 80 anos, temos construído poderosas parcerias para crianças, e estamos ativos em mais de 75 países.

### **Plan International**

Dukes Court,  
Block A,  
Duke Street,  
Woking,  
Surrey  
GU21 5BH  
United Kingdom

 [twitter.com/planglobal](https://twitter.com/planglobal)

 [facebook.com/planinternational](https://facebook.com/planinternational)